

A PAIXÃO PELA HISTÓRIA NOS PRIMÓRDIOS DA IMPRENSA PERIÓDICA NO BRASIL E A REVOLUÇÃO LIBERAL PORTUGUESA [1808-1820]

EURICO JOSÉ GOMES DIAS

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
Academia Portuguesa da História
eurico_dias@sapo.pt

INTRÓITO

Às vésperas da Revolução Liberal de 1820 (Barata, 2003) a imprensa periódica portuguesa encontrava-se em forte ebulição. Todos os periódicos portugueses coevos antecipavam uma renovação abrupta do sistema sócio-político, mas previam igualmente o futuro com alento e esperança. Atendendo ao progresso da nossa imprensa periódica, é imprescindível debruçarmo-nos também sobre a imprensa periódica brasileira, especialmente entre 1808 e 1820, em virtude da retirada e a continuidade da Família Real portuguesa no Brasil após a primeira invasão francesa (Geraldo, 2011).

Por todos os domínios coloniais portugueses, cumprindo as ordens inflexíveis da Coroa, não fora permitido a fundação de oficinas tipográficas nem os estudos universitários no Brasil, sendo que a circulação de livros e jornais esteve fortemente circunscrita às elites locais (Monteiro, 2003). Embora o tráfico livreiro fosse amplamente combatido pelos poderes judiciais, temia-se que a difusão das ideias revolucionárias (Verdelho, 1981) pudesse desafiar a subordinação do Brasil, ainda que o sentimento independentista estivesse em ascensão desde o último quartel do século XVIII.

Não obstante, haveria algumas exceções a este regime censório rígido, como o *Almocreve das Petas* [1797-1798] (Balbi, 1822/2004: CLXXVII), a única publicação periódica humorística permitida pelas autoridades e que, com a *Gazeta de Lisboa* [1715-1760] (Belo, 2001), seriam os únicos periódicos nacionais cuja circulação e leitura eram autorizadas em terras brasileiras.

No âmbito da imprensa humorística, apontamos ainda *O Piolho Viajante* [1802-1804] (Cunha, 1941: 282; Tengarrinha, 1989: 55; Nunes, 2001: 59), um dos periódicos então mais lidos [e temidos!] por Portugal e no Brasil. Lançado inicialmente em folhetos semanais anônimos, foi posteriormente compilado [1821], sendo a sua autoria usualmente atribuída a António Manuel Policarpo da Silva [1790?-1819?] (Carvalho, 1974: 265-266; Lopes/Saraiva, 1996: 550) e a José Sanches de Brito [?-?] (Brito, 1806-1807; DBP, 1860: 119, 1885: 193; Tengarrinha, 1989: 55; DJP: 158). Os folhetos semanais correspondem a 72 «carapuças», ou capítulos, dedicados às tropelias das pessoas em cuja cabeça o *piolho narrador* viajava e comentava em jeito satírico. *O Piolho Viajante* conheceria várias reedições que lhe caucionaram uma forte popularidade em Portugal e no Brasil até meados do século XIX, quando começou a cair no esquecimento, embora existam reedições críticas modernas (Silva, 1973).

1. A IMPRENSA PERIÓDICA BRASILEIRA SOB O CONTROLO PORTUGUÊS

Os inícios da imprensa periódica no Brasil também possuem as suas particularidades e incongruências, dado que os dois primeiros jornais brasileiros, o *Correio Braziliense*, cujo primeiro número surgiu a 1 de Junho de 1808, não é propriamente brasileiro e a *Gazeta do Rio de Janeiro* (DJP: 190-191; Cunha, 1941: 258; Tengarrinha, 1989: 55; 123, 206-209; Caseiro, 1985: 25-26; Brandão, 2005: 58), editada a 10 de Setembro de 1808, não será propriamente um exemplo abonatório da imprensa periódica brasileira.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi um periódico estritamente constituído à imagem da *Gazeta de Lisboa* e unicamente dedicada ao serviço do Governo e da Família Real portuguesa. Esteve intimamente ligada à criação da Impressão Régia (Camargo/Moraes, 1993), a primeira oficina tipográfica brasileira e de cujo prelo seriam editados todos os seus números.

Publicada bissemanalmente, a *Gazeta do Rio de Janeiro* é considerada um periódico oficial do Governo português (Silva, 2007; Meirelles, 2008), tendo como primeiro editor Fr. Tibúrcio José da Rocha [1776-1840] (DBP, 1908: 286), oficial

da Secretaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros, seguido do brigadeiro Manuel Ferreira de Araújo Guimarães [1777-1838] (DBP, 1860: 424-425, 1893: 209-210), permanecendo nessas funções até meados de 1821. Após a independência do Brasil, a 7 de Setembro de 1822, seguir-se-ia o cónego Francisco Vieira Goulart [1758?-1830] (Neves, 2006) e, logo em 1823, transformar-se-ia no *Diário do Governo*.

Logo após o início da *Gazeta do Rio de Janeiro*, seguir-se-ia um outro ilustre periódico, a *Idade d'Ouro do Brasil* [1811-1823] (DJP: 194-196; Cunha, 1941: 263; Tengarrinha, 1989: 207; Brandão, 2005: 174; JRP, 2001: 401), em quase tudo idêntico às gazetas europeias ou à *Gazeta de Lisboa*, da qual era uma rude imitação. Acresce que foi o primeiro periódico publicado na Baía pelos editores Diogo Soares da Silva de Bivar [1785-1865] (DBP, 1859: 175-176) e Inácio José de Macedo [1774-1834] (DBP, 1859: 209-210, 1883: 53), relatando notícias provenientes de outros periódicos europeus e portugueses, mas concedendo alguma ênfase às notícias norte-americanas. Fortemente instrumentalizado pelo Governo português, seria, portanto, um jornal oficial semelhante à *Gazeta do Rio de Janeiro*.

No circuito jornalístico internacional, surgiria o *Correio Braziliense ou Armazem Literario* (DJP: 166-167; Cunha, 1941: 256-257; Martins, 1942: 34; Tengarrinha, 1989: 50-51, 84-88, 90-93, 95-99; Costa, 2001; Nunes, 2001: 92; JRP, 2001: 193; Brandão, 2005: 43, 50), um periódico mensal publicado em Londres por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça [1774-1823], mais conhecido por Hipólito José da Costa (Costa, 1811; DBP, 1859: 198-200, 1883: 34; Dourado, 1957; Rizzini, 1957; Ferreira, 1987), o qual circulou entre 1 de Junho de 1808 e Dezembro de 1822, registando 175 números mensais. Através desse controverso periódico, remetido clandestinamente para Portugal e o Brasil, defender-se-ia um ideário liberal e a emancipação colonial brasileira, dando cobertura à Revolução Pernambucana [1817] (Silva, 1964) e aos acontecimentos conducentes à independência do Brasil. Hipólito José da Costa encerraria a sua publicação em 1822, dado que, segundo a sua óptica, não faria sentido continuar após o Brasil ser independente. Ainda assim, é considerado o primeiro periódico brasileiro.

O desconforto causado pela publicação do *Correio Braziliense ou Armazem Literario* à Coroa portuguesa motivou a publicação de *O Investigador Portuguez em Inglaterra* [1811-1819], por Bernardo José de Abrantes e Castro [1771-1833] (DBP, 1858: 379-380, 1867: 394), Vicente Pedro Nolasco da Cunha [1771-1844] (DBP, 1862: 434-439, 1911: 12-13) e José Liberato Freire de Carvalho [1772-1855] (Machado, 2011), visando minar a sua influência política, considerada nociva aos interesses nacionais.

Ao contrário do que vários autores defendem, os temas noticiosos brasileiros não foram o foco principal do *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, dado este periódico apresentar numerosos resumos analíticos, de evidente inspiração ilu-

minista, dos principais acontecimentos no continente americano e na Europa, com temáticas consagradas à Política, ao Comércio e às Artes, destacando-se ainda a Literatura e as Ciências, sem esquecer as suas profusas miscelâneas.

O *Correio Braziliense ou Armazem Literario* desenvolveu uma produção jornalística de reconhecida importância cultural e ideológica, praticando um discurso doutrinário e propagador das novas ideias liberais. Surge uma “nova” imprensa opinativa correspondente aos partidarismos e lutas ideológicas europeias e americanas. É neste período que se consolida o *personal comment*, em jeito de artigo, bem como os editoriais e que se estipulam, por exemplo, o ‘direito de resposta’ e a troca de correspondência com os leitores, posteriormente publicável, ou não, nesses periódicos (Galvão, 1809; 1810).

Verdadeiro precursor nos estudos de Direito Internacional, Hipólito José da Costa defendia uma liberalização do sistema governativo português, baseando-se na matriz político-jurídica inglesa. Embora não tenha sido um verdadeiro «historiador», o seu discurso politólogo estava impregnado de reflexões historiográficas modernas (Costa, 1809). Nas suas reflexões evidencia-se um cunho jurisdicional da ideia de «História», direccionado para as instituições embrionárias das concepções modernas do Direito e do Estado, p. e. Atendendo à ambiência política em que viveu, Hipólito José da Costa interessou-se pela renovação institucional dos sistemas políticos português e brasileiro, evidenciando abertamente o desejo pela completa independência do Brasil.

De entre os seus inúmeros escritos, seleccionamos, pela sua qualidade e contundência, o ensaio «Paralelo da Constituição Portuguesa com a Ingleza» publicado em vários números do *Correio Braziliense ou Armazem Literario*. Advogando a excelência perdida das instituições medievais portuguesas, compararia tais organismos e as suas prerrogativas com o que teria sido praticado paralelamente em Inglaterra, interrogando-se sobre as causas da evolução inglesa e da paralisação portuguesa.

Remontando a sua investigação ao estudo das monarquias anglo-saxónicas anteriores à invasão normanda da Inglaterra [1066] e o início da nossa nacionalidade, evocaria a «vontade dos povos» em eleger o melhor representante possível para governar os seus reinos, princípio que se perderia com o carácter crescentemente hereditário das monarquias modernas. Neste sentido, aspirava a uma nova concepção do ‘*primus inter pares*’ na iminente remodelação política portuguesa:

Tomando, pois, por concedido, que tanto os fundadores da Monarquia Portuguesa, como os da Ingleza, fôram os povos do Norte, que invadiram

o Imperio Romano; e que esses povos se governavam por leis e costumes, muito analogos uns aos outros; [...]. E como a destruição da Heptarchia em Inglaterra (Yorke, 2002), que consolidou a Monarchia Ingleza, he de data mais antiga do que o estabelecimento do Reyno de Portugal, em D. Affonso Henriques; será dos tempos deste em que o parallelo dos dous governos deve começar; com o reynado de Guilherme o Conquistador (Heckford, 1787), em 1066, periodo mui proximo ao de 1094, em que o Conde D. Henrique passou a Portugal (Peres, 1992).

A falta de documentos authenticos, e positivos, por onde se possam provar muitas proposições do direito publico destas nações, obrigam necessariamente a recorrer, tanto em Inglaterra como em Portugal, aos costumes dos povos do Norte que havendo passado o Rheno se apoderaram de toda a Europa. Os seus principes não tinham outro titulo ao poder que exercitavam, senão o seu valor, e a livre eleição dos povos; e como estes nos seus desertos tinham mui limitadas ideas do poder Soberano seguiam aos seus chefes, menos em qualidade de vassallos ou súbditos, do que na de companheiros na conquista (Riché, 1992).

Guilherme o Conquistador, passando da França á Inglaterra depois do governo feudal estar estabelecido no Continente, não podia deixar de trazer com sigo as mesmas ideas de que deviam estar imbuidos todos os capitães que o acompanharam, e porquem elle dividio a[s] terras que tomou. Da mesma forma o Conde D. Henrique Francez de Origem, e acompanhado por guerreiros da mesma classe e descendencia (Mattoso, 2006) não podia deixar de levar de França, a Portugal as mesmas ideas de governo que passaram á Inglaterra. [...]. Tanto em Inglaterra como em Portugal, a força da espada atropelou muitas vezes a justiça das leis; [...] Daqui vem que, não obstante a confusão daquelles tempos, acham-se monumentos das discussões, e allegações que se fizéram por uma e outra parte, para occupar ou reivindicar estes ou aquelles direitos reaes ou imaginarios; e assim, pelas suas mesmas allegações, poderemos concluir quaes eram as pretensões, e poderes dos Soberanos, dos Baroens, e dos povos (Costa, 1809: 180-181).

Hipólito José da Costa interessou-se pela evolução histórica dos sistemas jurídicos e políticos europeus, tentando comparar o panorama inglês e o sistema português. Demonstrou a violência extrema que marcou a História da Inglaterra, em clara oposição com uma “complacência tranquila” reiterada ao longo da História de Portugal. Incrementou um debate historiográfico sobre temáticas tão incongruentemente inéditas como a preponderância do Direito normando

nos fundamentos da *portugalidade*, assim como a autoridade mística das polémicas «Cortes de Lamego», estabelecendo vínculos comuns entre as nações mais antigas da Europa. Tal tomada de posição revelava propósitos nitidamente políticos e patrióticos, não descurando sentimentos pré-românticos, afirmando ser necessário evocar o passado com o intuito de construir-se um futuro melhor para Portugal e, por corolário, para o Brasil:

Os authores Inglezes tem disputado se o governo Saxonico (Crouch, 2006), estabelecido na sua ilha, foi ou não destruido por Guilherme o Conquistador; e até muitos negáram que houvesse tal conquista, no actual sentido desta palavra. Da mesma sorte em Portugal ha quem tenha negado, que D. Affonso Henriques adquirîra a Soberania do Reyno, e fundára a Monarchia nas Cortes de Lamego; suppondo-se que D. Affonso VI. de Leaõ e Castella, dando sua filha D. Tareja em cazamento a D. Henrique, lhe déra em dote o Reyno de Portugal; como se pudesse ser valida similhante doação de terras, que não éram de D. Affonso, e estávam em poder das naçoens Mouriscas, que as habitávam.

He logo neste primeiro passo da Monarchia Portugueza, que se acha uma preferencia ao estabelecimento da Ingleza; sendo o Monarcha Portuguez eleito, e inaugurado pela sua nação, o mais pacifica e legalmente, que he possivel imaginar fazer-se um acto de similhante natureza; quando Guilherme o Conquistador, posto que invadissee Inglaterra com o titulo de herdeiro nomeado por Duarte, o Confessor (Cannon, J./Hargreaves, A., 2005: 80-81), ao despois, aproveitando-se do pretexto da resistencia que lhe fizéram, tractou a nação como rebeldes conquistados, e vencidos, exercitando o maior despotismo que pôde (Gillingham, 2005: 25). [...].

E deve aqui notar-se que as leis fundamentais, e outras particulares, que se fizeram nas Cortes de Lamego, são feitas em nome da nação; o que se conhece bem da distincção que se faz em algumas dellas, por exemplo na sexta, sobre o casamento da filha d'El Rey herdeira; a qual lei he feita em nome d'El Rey; e nella se repete que o povo fizera Rey a D. Affonso; pois prohibindo ésta Ley que a princeza herdeira case com senhor estrangeiro, conclue assim, 'porque não queremos que nossos vassallos, sêjam obrigados a obedecer a Rey, que não nascesse Portuguez, porque elle são nossos vassallos, e compatriotas, que sem auxilio estranho, e á custa de seu sangue *nos fizéram seu Rey* (Brandão, 1632, 1973: 141-145).'

O estabelicimento de Guilherme o Conquistador, na Inglaterra, he de natureza mui differente. Reynava em Inglaterra, com o consentimento geral da

nação, El Rey Haroldo, quando Guilherme Duque da Normandia, atravessando o canal com um poderoso exercito, derrotou inteiramente os Inglezes na batalha de Hastings, e se proclamou seu Rey. He verdade que o Conquistador tentou a principio conciliar a nação, allegando o pretendido direito de sucessão hereditaria, por haver sido nomeado herdeiro no testamento do predecessor de Haroldo (Cannon, J./Hargreaves, A., 2005: 82-84), Duarte o Confessor, mas vendo que as reiteradas opposiçoens do povo ao seu poder eram um prova convincente da repugnancia com que obedeciam, tirou a mascara; derribou a antiga fabrica da legislação Saxonica; exterminou ou expulsou os possuidores de terras, e as repartio a seus capitaens, estabeleceu o completo systema feudal (Previté-Orton, 1967: 772-779), e até alterou a linguagem da nação (Costa, 1809: 304-309).

O pensamento político de Hipólito José da Costa expressava, forçosamente, uma necessidade impreterível de se convocarem Cortes para a resolução das questões estruturais da sociedade portuguesa abalada pelas Invasões Francesas, a ocupação militar inglesa e a permanência dilatada da Corte portuguesa no Brasil.

Reconstruindo a “eleição” de D. Afonso Henriques nas Cortes de Lamego, tradição que não contestava e ciente das suas carências documentais, Hipólito José da Costa utilizaria os episódios históricos para apelar à participação urgente das camadas populares na resolução dos problemas nacionais. Entendia que a figura régia devia permanecer intocável, todavia vinculada a um contrato constitucional, reivindicação que se vislumbrava no horizonte político, apesar das fortes oposições conhecidas:

Os Portuguezes quando estabeleceram a sua Monarchia, tinham assas conhecimento do Mundo para saber, que todos os homens tem paixoens, que os podem fazer abuzar dos poderes que se lhe concedem. Indubitavelmente um pay tem o direito de castigar, e corrigir seus filhos; porém mostra a experiencia que tem havido, e ha, homens que tem abusado deste poder, até para os mais abominaveis fins. Por ésta razão se lembráram os Portuguezes nas Cortes de Lamego de impor certos limites ao exercício da authoridade Real, e este direito da nação foi exercitado, em outras Cortes.

Assim, por exemplo, nas Cortes de Lamego se restringio a El Rey que não pagasse tributo ao Rey de Leaão, declarando-se que se o fizesse ficaria indigno de governar. E El Rey ampliou isto dizendo, que seria indigno da vida qualquer descendente seu que fizesse cousa semelhante; e ésta ampliação, que El

Rey fez aos casos semelhantes, posto que sévêra por ser vaga, parece ter sido aprovada pelos povos; visto que a não contrariáram (Brandão, 1632, 1973: 145-149)

Nas Cortes de Coimbra, em 1385, entre outras restricções do exercicio dos direitos Magestáticos a que El Rey se obrigou (Santos, 1729, 1988: 675-683), fôram, que El Rey não obraria cousa de importancia, sem ouvir os de seu conselho; e que nunca faria guerra ou pazes sem consultar as Cortes (Lopes, 1990: 6). Estas, e outras restricções, não tiram que a monarchia seja absoluta, por que não dão a ninguem, senão ao Rey, o poder de exercitar os direitos magestáticos; simplesmente designam os casos, ou o modo, porque El Rey os deve exercitar; para prevenir o abuso que podia occurrer.

A existencia destas cortes, que são uma assemblea da nação (Albuquerque, 1984-5: 413-434), representada por seus deputados, ou procuradores, he ja de si mesma uma restricção ao exercicio dos poderes magestáticos; podendo até alterar a forma do governo; tambem he claro que a podem revogar, a estabelecer outra. Como de facto tem revogado humas, o que outras cortes tem feito. Nas cortes de Torres Novas, por exemplo, em tempo de D. Pedro II. se revogou um artigo das Cortes de Lamego, e de tanta importancia, que dizia respeito ás leis da successão; porque, determinando as Cortes de Lamego, que morrendo El Rey sem ter filho ou filha, succedesse na coroa o irmão d'El Rey, accrescentava, que o filho desse irmão d'El Rey não pudesse succeder na coroa, sem preceder nova eleição do povo. Este importante artigo, sofrendo uma alteração, nas cortes de Torres Novas, prova indubitavelmente que as Cortes podem alterar as leis fundamentaes da monarchia.

Em Inglaterra a fórma de Governo que estabeleceo o Conquistador foi Monarchia, mas com o appendiculo dos feudos, e sem nenhuma restricção saudavel. Henrique I. (Gillingham, 2005: 30-35) que subîra ao throno excluindo seu irmão mais velho, vendo que o melhor meio de manter o seu poder éra conciliar a affeição dos povos, mitigou o rigor das leis feudaes a favor dos Baroens, e fez com que estes extendessem aos seus vassallos as mesmas liberdades, que o monarcha lhes concedia. Em tempo de Henrique II. (Gillingham, 2005: 42-53) se reviveo o costume, commum a todas as naçoens descendentes dos Godos, do process opor *jurados*, e no reynado d'El Rey João, se estabeleceo a *Magna Charta*, que lançou solidos fundamentos á fabrica da liberdade Ingleza; prescrevendo mui claramente os modos porque El Rey deveria administrar a justiça dos individuos (Carvalho, 1993: 144-145). Assim se melhorou gradualmente a forma de governo em Inglaterra (Costa, 1809: 374-375).

Para Hipólito José da Costa, a figura do monarca era o símbolo da nação, embora obstasse veemente ao poder absoluto. Qualquer que fosse a característica com que se revestisse o poder régio num futuro próximo, a Lei seria suprema. Recordando o disposto nas *Ordenações Afonsinas* e nas *Leis das Sete Partidas*, de Afonso X [1221-1284], o *Sábio*, defendeu que compete ao monarca legislar, mas com a concertação dos aparelhos deliberativos, tal como as Cortes e outros aparelhos parlamentares, num evidente paralelismo com o sistema inglês, que tanto desejava ver implantado em Portugal:

Uma prerrogativa goza El Rey de Portugal, que lhe he indisputavel, e que se disputa ao Rey de Inglaterra; e he o direito de fazer leis. Nas ordenações Affonsinas, que he a compilação mais antiga de leis que ha em Portugal, se acha este principio admittido em toda a sua extensão, dizendo-se, que ‘El Rey he l i animada sobre a terra, e pode fazer lei, e revogalla, quando vir que he cumpridouro.’

Em Inglaterra porém a maior parte dos Jurisconsultos dizem, que o poder de legislar reside no Parlamento, e não no Rey. Mas ainda que o poder de legislar pertença inquestionavelmente ao Rey de Portugal, e só a El Rey privativamente, com tudo a legislação Portuguesa tem estabelecido regras, sobre o modo de exercitar este poder, e as leis feitas pelo Soberano são nullas, quando não são feitas com as formalidades necessarias. [...].

A historia de Portugal, assim como a de Inglaterra, offerece alguns exemplos em que o Rey, per si, mandou justicar delinquentes, ou absolver reos, a se[u] mero arbitrio; tal he D. Pedro I. mandando em Santarem justicar dous dos assassinos de D. Ignez de Castro, e vendo a execução de sua janella; porém este proceder deo áquelle Rey o nome de Crû ou Cruel (Lopes, 1994: 148-149), estigma que acompanhará a sua memoria em quanto delle as historias fizerem menção; e, em uma palavra, os actos arbitrarios, ou injustos, deste ou daquelle monarcha, nunca se poderaõ alegar como prova de direito (Costa, 1809: 533-536).

As lutas pela emancipação dos povos e a sua ingerência nos assuntos de Estado foi semelhante em toda a História da Europa e, seguramente, Portugal não foi excepção. Era essencial “reconstruir” as tradições medievais da participação [ideal] de todos os segmentos sociais nas acções governativas e legislativas, ainda que a esfera judicial se devesse manter a cargo de individualidades especializadas, tal como era o seu caso, um jurista de profissão.

Por outro lado, Hipólito José da Costa sempre defendeu o afastamento das interferências religiosas nos assuntos governativos, apelando para uma crescente “democratização” e laicidade da sociedade. Embora não utilizasse estas palavras na sua acepção actual, interessava-lhe renovar o *status quo* português, baseando-se nos argumentos históricos e nas exigências que se avolumavam no quotidiano:

Em Portugal, porém logo nas primeiras Cortes o povo ajudou a legislar, como se vê das leis particulares, alem das fundamentaes de direito publico, que se fizéram nas Cortes de Lamego. Ali propunha El Rey, deliberávam os nobres e prelados, e approvava o povo: differença ésta mui essencial e que mostra terem os povos em Portugal maior parte na legislação, do que os Communeiros em Inglaterra.

No Reynado de Duarte III. (Gillingham, 2005: 94-102) de Inglaterra declaráram os Communeiros, que não reconheceriam lei alguma para o futuro, a que não tivessem dado o seu consentimento expresso. [...] As guerras civis entre as casas de York e Lancaster puzéram toda a Inglaterra em confusão; e envolvidos nestas calamidades se perdêram os privilegios dos communeiros; sem que por isso a nação se esquecesse, que os tinha possuido, e que não tinha consentido em que elles se abrogassem; esperávam unicamente occasião favoravel de os pôr em exercicio.

Em Portugal succedeo, que as guerras civis, occasionadas pelos ecclesiasticos desde D. Sancho I. até D. Affonso IV. (Oliveira, 1994: 87-95); o intoleravel despotismo na administração da justiça de D. Pedro I. a fraqueza caprichosa de D. Fernando (Gomes, 2005); e a ambição cega da Raynha D. Maria sua mulher (Martins, 2011), trouxeram muita confusão aos direitos das Cortes; até que sendo preciso decidir a questaõ de quem tinha de succeder ao Reyno, e achando-se os povos com forças e ânimo, capazes de sustentar a decisaõ que se adoptasse, houve recurso ás Cortes, as quaes, exercitando agora um tão importante direito, qual foi o julgar a cauza da successaõ da coroa, em nomear um Rey, como fizéram em D. João I. (Coelho, 2005) não podiam deixar de adquirir grande influencia, e obter tanto dos povos como do Governo, o respeito devido a uma assemblea, que praticamente mostrava ter o jus de decidir causas, em que nada menos se interessava do que a disposiçaõ da Corôa. [...].

A historia de Portugal offerece um exemplo mui analogo. D. Sancho II. por uma serie de factos, que não he necessario aqui o desenvolver, incorreo de tal maneira no desprazer da nação, que foi deposto; e seu irmão, o Conde

de Bolonha, foi aclamado Rey com o nome de D. Affonso III. [...] Os Portuguezes porém, depondo a El Rey D. Sancho II. e nomeando para Rey D. Affonso III. não dêram providencias algumas para que o novo monarcha, ou seus sucessores (Caetano, 2004) não commettessem as mesmas faltas, que se imputavam ao Rey deposto; ou ficassem mais seguros os direitos das Cortes (Costa, 1809: 625-627).

A despeito das incertezas que se mantêm sobre a imparcialidade política do «primeiro jornalista brasileiro», não existem dúvidas quanto às qualidades intelectuais, políticas e humanitárias de Hipólito José da Costa, assim como da sua memorável intervenção na realidade política portuguesa enquanto manteve a sua actividade jornalística. Dever-se-á entender o *Correio Braziliense* ou *Arma-zen Literario* como um paradigma nos meandros da imprensa periódica nacional após as Invasões Francesas, sendo, inclusive, uma matriz maior para o universo periódico brasileiro. Mentor de ideias políticas e sociais temerárias, este periódico soube utilizar a História em benefício dos desafios que as realidades portuguesas e europeias enfrentavam.

3. INCREMENTO DO PERIODISMO BRASILEIRO INICIAL

Nos primórdios do periodismo brasileiro existem omissões documentais de periódicos, embora tais circunstâncias devam ser entendidas na esfera da orientação política e editorial portuguesa. Refira-se, entre outros, *O Popular* (Cunha, 1941: 266; Tengarrinha, 1989: 209), um periódico político publicado no Rio de Janeiro entre 1813 e 1814 e do qual não conseguimos averiguar nenhum exemplar. Não se conhece o seu editor ou redactor, mas, decerto, teria a *Gazeta do Rio de Janeiro* como modelo formal. Quanto a comentários historiográficos, tal hipótese parece-nos algo remota, comparando com a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

No campo do periodismo brasileiro inicial, sob a férrea autoridade das autoridades portuguesas, deu-se à estampa o primeiro jornal literário brasileiro ou, segundo outras opiniões, a primeira revista cultural impressa no Brasil. Trata-se de *O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil* [1813-1814] (DJP: 236; Tengarrinha, 1989: 93, 209; Brandão, 2005: 89, 94; JRP, 2002: 162), da responsabilidade de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, futuro editor da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A publicação de *O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil* iniciou-se em Janeiro de 1813 e findou em Dezembro de 1814, embora no primeiro ano tivesse uma tiragem mensal e uma edição bimensal no segundo ano, em formato

«in-oito». Publicou notícias sobre Geografia e Topografia brasileiras, entre uma multiplicidade de artigos enciclopédicos dedicados à Literatura, a Medicina, a Botânica, a Política e a Estatística – introduziu novas adendas para a História do Brasil e de Portugal, fruto da correspondência dos leitores e correspondentes. Assim, uma das características mais notórias deste periódico foi o impulso atribuído à edição de artigos científicos estrangeiros, embora houvesse a preocupação de incluir textos especializados de autores nacionais.

Neste periódico, publicado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, contou com a colaboração de Silvestre Pinheiro Ferreira [1769-1846] (Ferreira, 1996), José Saturnino da Costa Pereira [1771-1852] (Pereira, 1848) e José Bonifácio de Andrada e Silva [1763-1838] (DBP, 1860: 276-278, 1884: 261-263), antigo regente de Metalurgia e Geognosia na Universidade de Coimbra. Este último autor muito contribuiu para a independência do Brasil, embora as suas investigações tenham possuído uma tônica mais economicista do que historiográfica.

A 24 de Agosto de 1820 iniciou-se um movimento liberal no Porto e que logo se disseminaria por outras cidades portuguesas, consolidando-se com a adesão de Lisboa. Não se assinalou uma resistência substancial, sendo a revolta popular incitada a pretexto da falta de pagamento dos soldos militares e por comerciantes descontentes, conseguindo granjear o apoio de quase todas as estratos sociais. A junta governativa inglesa seria substituída pelo Supremo Governo Provisório do Reino, a qual convocou as Cortes Gerais para elaborar uma Constituição, entrando em vigor uma Constituição provisória, sob o modelo espanhol.

Ainda que o Congresso de Viena [1814-1815] tenha induzido o retorno ao Absolutismo de modo a impedir os progressos liberais, os povos subjugados clamavam por reformas. Apenas a Rússia, o Império Austro-Húngaro e a Prússia, principais signatárias de Viena, manterão monarquias absolutistas. A Espanha, dominada por Napoleão Bonaparte até 1813, adoptará uma Constituição liberal [Cádiz, 1820], interrompida, porém, pela reacção absolutista de 1823 e a guerra civil até 1839.

Os ventos revolucionários também sopraram em Portugal, trazendo as sementes do Liberalismo. Após as invasões francesas de 1807-1811 e a fuga da Família Real para o Brasil, os contingentes ingleses mantêm-se no nosso país. Nesta submissão nacional ao poder militar inglês, os ideais da Revolução Francesa reúnem cada vez mais simpatizantes, motivados pela acção das organizações maçónicas. D. João VI regressará no ano seguinte, depois das eleições para as Cortes Constituintes. Em 1822, jura-se a Constituição, enturvada, entretanto, pela independência brasileira a 7 de Setembro desse ano, estimulada pelos exemplos libertadores por todo o continente americano.

Após a independência, a sua imprensa periódica brasileira construirá a sua própria História, a qual é uma bifurcação estrutural da nossa imprensa periódica, com todas as suas influências e reciprocidades, num universo editorial dominado pela Língua portuguesa, medindo-se a uma escala continental. Em meados de 1820, vivia-se igualmente a revolução no seio da imprensa periódica, daí este momento permanecer um ‘*turning point*’ em qualquer análise histórica sobre o periodismo nacional. Como se apurou desde as origens da imprensa periódica ainda na primeira metade do século XVII, a História continua a sustentar as práticas jornalísticas, fornecendo as estruturas necessárias para as construções/reproduções discursivas com que se difundem os acontecimentos. Foi identicamente o tempo que antecede o Romantismo no panorama literário português.

BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, M. d. /Albuquerque, R. d. (1984-5). *História do Direito Português*, vol. I. Lisboa: FDUL.
- Balbi, A. (1822/2004). *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve...*, palavras prévias de Joaquim Romero Magalhães, vol. I, Coimbra/Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Imprensa Nacional-Casa da Moeda [fac-simile da edição de Chez Rey et Gravier, Paris, 1822].
- Barata, P. (2003). *Os Livros e os Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública*, «Estudos», Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Belo, A. (2001). *As Gazetas e os Livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Brandão, A. (1632, 1973). *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, introdução de A. da Silva Rêgo e notas de A. A. Banha de Andrade e Eduardo dos Santos. Lisboa: IN-CM [fac-simile da 1.^a edição da Officina de Pedro Craesbeeck, 1632].
- Brandão, F. de C. (2005). *Da Crise do Antigo Regime à Revolução Liberal (1799-1820): Uma Cronologia*. Lisboa: Europress.
- Brito, J. S. de (1806-1807). *Tempo Presente, Máquina Aerostática, noticia universal, ó^[sic] novidades de cada dia, trazidas pela mesma máquina, tanto de Portugal, como do mais resto do mundo. Dadas todas as semanas aos olhos de quem os tiver, etc.*, Lisboa: Typographia Lacerdina.
- Caetano, M. (2004). *As Cortes de Leiria de 1254*, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, 2.^a edição fac-similada. Lisboa: Academia Portuguesa da História/Edições Colibri.
- Camargo, A. M. de A./Moraes, R. B. de. (1993). *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*, vols. I-II. Rio de Janeiro: EDUSP/Livraria Kosmos Editora.
- Cannon, J./Hargreaves, A. (2005). *Dictionary of Kings & Queens of Britain*. Londres: Grange Books.
- Carvalho, J. A. de. (1974). «A Picaresca Tardia em Portugal: O Piolho Viajante», in *Colóquio-Letras*, direcção de Hernâni Cidade [et al.], n.º 19. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, J. S. (1993). *Em volta da Magna Carta. Textos originais, tradução e estudo*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Caseiro, M. E. (1985). *A História dos Meios de Comunicação Social em Língua Portuguesa no Brasil*. Porto: Centro de Estudos da Secretaria de Estado da Emigração.
- Coelho, M. H. d. C. (2005). *D. João I, «Reis de Portugal»*, vol. X. Lisboa: Círculo de Leitores.

- Costa, H. J. da (1809). *Historia de Portugal*, vols. I-III. Londres: Officina de F. Wincrave.
- Costa, H. J. da (1811). *Narrativa da perseguição de Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça... prezo, e processado em Lisboa pelo pretenso crime de framaçon ou pedreiro livre*, vols. I-II. Londres, W. Lewis.
- Costa, H. J. da (2001). *Correio Braziliense ou Armazem Literario*, vols. I-XXXII. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Crouch, D. (2006). *Normans. The History of a Dynasty*, Londres: Hambledon Continuum.
- Cunha, A. da (1941). «Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)», separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo IV. Lisboa: ACL.
- DJP – *Diccionario Jornalístico Portuguez*, de A. X. da S. Pereira, vol. I, Lisboa: Academia das Ciências, [manuscrito].
- Dourado, M. (1957). *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, vols. I-II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- DPB – *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1858-). Estudos de Inocêncio Francisco da Silva [et al.] aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Ferreira, J. R. (1987). «A proposta constitucional do *Correio Braziliense*», separata de *Cultura – História e Filosofia*, vol. V. Lisboa: Centro de História da Cultura da UNL.
- Ferreira, S. P. (1996). *Prelecções Filosóficas*. Introdução de José Esteves Pereira, «Pensamento Português». Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Galvão, J. F. (1809). *Reflexões sobre o Correio Brasiliense*. Lisboa: Impressão Régia.
- Galvão, J. F. (1810). *Apologia do Periodico, que tem por titulo, Reflexões sobre o Correio Brasiliense*, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Geraldo, J. M. (2011). *As Invasões Napoleónicas. Desde a ida da Família Real para o Brasil às Linhas de Torres (1807-1811)*. Lisboa: Âncora Editora.
- Gillingham, J. (2005). *The Lives of the Kings & Queens of England*. Londres: Weidenfeld & Nicolson.
- Gomes, R. C. (2005). *D. Fernando*, «Reis de Portugal», vol. IX. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Heckford, W. (1787). *Characters or Historical anecdote of all the kings and queens of England, from William the conqueror to the present time*. Londres: G. G. J. and J. Robinson.
- JRP – *Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX*. Coordenação e organização de Gina Guedes Rafael e Manuela Santos, prefácio de José Tengarrinha, vols. I-II. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Lopes, F. (1990). *Crónica de D. João I*. Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto, vol. II, «Biblioteca Histórica-Série Régia». Porto: Livraria Civilização.
- Lopes, F. (1994). *Crónica de D. Pedro I*, com introdução de Damião Peres, «Biblioteca Histórica-Série Régia». Porto: Livraria Civilização.
- Lopes, O./Saraiva, A. J. *História da Literatura Portuguesa*, 17.^a edição corrigida e actualizada. Porto: Porto Editora.
- Machado, A. (2011). *A importância de se chamar Português: José Liberato Freire de Carvalho na direcção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819*. Tese de doutoramento em História e Teoria das Ideias (Pensamento, Cultura e Política), [texto policopiado]. Lisboa: FCSH-UNL.
- Martins, A. A. (2011). *D. Leonor Teles, a flor da altura (1350-1405)*. «Rainhas e Infantas de Portugal». Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Martins, R. (1942). *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Mattoso, J. (2006). *D. Afonso Henriques*, «Reis de Portugal», vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Meirelles, J. G. (2008). *Imprensa e Poder na Corte Joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Monteiro, N. F. (2003). *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

- Neves, L. B. (2006). «Francisco Vieira Goulart: entre as benesses do Antigo Regime e as conquistas liberais», in *Usos do Passado. XII Encontro Regional de História*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- Nunes, M.^a de F. (2001). *Imprensa Periódica Científica (1772-1852). Leituras de «Ciencia Agrícola» em Portugal*, «Coleção Thesis». Lisboa: Estar Editora.
- Oliveira, M. d. (1994). *História Eclesiástica de Portugal*, edição revista e actualizada, «Biblioteca da História», n.º 11. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Pereira, S. d. C. (1848). *Apontamentos para a formação de hum roteiro das costas do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- Peres, D. (1992). *Como nasceu Portugal*, 10.^a edição. Porto: Vertente.
- Previté-Orton, C. W. (1967). *Historia del Mundo en la Edad Media desde la disolución del Imperio Carolingio hasta finales del siglo XIII*, tomo II. Barcelona: Editorial Ramon Sopena.
- Riché, P. (1992). *As Invasões Bárbaras*, 2.^a edição. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Rizzini, C. (1957). *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Santos, M. d. (1729, 1988). *Monarquia Lusitana*, Parte Oitava. Lisboa: IN-CM [1.^a edição: 1729].
- Silva, A. M. P. da (1973). *O Piolho Viajante: divididas as viagens em mil e uma carapuças*, com ortografia actualizada, prefácio, glossário e notas por João Palma-Ferreira. Lisboa: Estúdios Cor.
- Silva, J. R. da (1964). *Novos subsídios para o estudo da Revolução de Pernambuco de 1817*. Lisboa: [s. n.].
- Silva, M.^a B. N. da (2007). *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.^a edição revista e aumentada, Lisboa: Editorial Caminho.
- Verdelho, T. (1981). *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*, «Textos de Linguística», n.º 3. Lisboa: INIC.
- Yorke, B. (2002). *The Anglo-Saxons*. Londres: Sutton Publishing.